

Teixeira, José, 2003, "Norma Linguística e Erro - Uma abordagem cognitiva", in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7, Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, 2003, pp. 125-131. (ISSN 0874-0321)

## NORMA LINGUÍSTICA E ERRO

- Uma abordagem cognitiva

José Teixeira  
ILCH-U. Minho  
jsteixeirs@ilch.uminho.pt

Mote:  
"A VERDADE É UM ERRO À ESPERA DE VEZ"  
(*Vergílio Ferreira*)

[...]  
Sempre pensei da verdade  
ser erro à espera de vez.  
Não me convenci, por vaidade,  
mas há-de voltar outra vez.  
*Pedro Ayres Magalhães*

Há uma canção do grupo *Madredeus* cujo poema de Pedro Ayres Magalhães toma explicitamente por mote a citação acima apresentada de Vergílio Ferreira "A verdade é um erro à espera de vez".

Quer o mote original, quer a quadra de desenvolvimento são os pilares, a meu ver, do problema (se alguém o quiser considerar como tal) da norma e do desvio linguístico. Verso a verso: a VERDADE ("sempre pensei da verdade"), o ERRO ("ser erro à espera de vez"), a VAIDADE ("não me convenci, por vaidade") e a INSISTÊNCIA ("mas há-de voltar outra vez").

Se, na generalidade da vida, a verdade **pode ser** um erro à espera de vez, em língua um erro **é sempre** uma verdade à espera de vez. Todo o erro (ou toda a "inovação" como prefere dizer Coseriu [1979]) pode vir a tornar-se uma forma adoptada, uma "verdade" da língua.

Talvez que dito desta forma possa parecer estranho, mas o que é que a imitação das "modas" linguísticas é senão uma outra espécie de vaidade? Imita-se sempre algo que consideramos que socialmente nos traz mais prestígio: é precisamente este sentimento que subjaz à noção de culpabilidade linguística. Mas mais do que evitar a culpabilidade linguística, a adopção de "modas" pode dever-se ao puro desejo de imitar "o que está a dar". Que facto, senão este mesmo, justifica que, nos últimos tempos, não toda, mas muita gente comece cada

intervenção por “Então é assim:...” E depois lá vem o que “é assim”. Note-se, no entanto, que é esta “ vaidade ” de querer usar o que as figuras-modelo usam que permite simultaneamente o uso da tradição inquestionada (a norma ainda sentida como tal) e da novidade “que está a dar”.

Mas claro que tudo isto é, para a língua, fugaz se faltar a última faceta: a **insistência**. Na língua só sobrevive o que permanece. Do resto, só reza a História (da língua, obviamente).

Erro, moda/imitação, insistência, verdade. É este o percurso quadripartido que nas línguas pode levar do “erro” à “verdade” e que faz daquele, do erro, uma verdade à espera de vez. Talvez por isso mesmo, o próprio Vergílio Ferreira num artigo intitulado “Defesa da Língua” afirma, logo a abrir, algo que para muitos pode soar a heresia:

“Defender a língua é, de um modo geral, uma tarefa ambígua e até certo ponto inútil.” (Ferreira, 1983)

Se fosse preciso provar a validade desta posição, a própria obra onde ela aparece contém, em si mesma, as confirmações necessárias.

A referida obra, de 1983, é uma colectânea de depoimentos de dezassete figuras das letras portuguesas e que leva por título *Estão a assassinar o Português!*, (acentuado pelo dramatismo de um ponto de exclamação). E o mais curioso é que, seguindo esta perspectiva, nesta mesma obra, que em princípio deveria ser uma arma de defesa contra os assassinos, encontramos algumas provas do crime. Exemplos? Alguns: falta de concordância formal nome-sujeito/verbo: “**a maior parte** dos escritores, ao escrever, **parecem** mais preocupados...” (p.49); troca do advérbio *bem* pelo adjectivo *bom*: “melhor dito, talvez, ...” (p. 13) por “mais bem dito”; erros de acentuação que denotam uma análise diferente da da norma na constituição da palavra: *tentêmo-lo* (p. 98) por *tentemo-lo*.

Deve servir tudo isto não só para relativizarmos uma problemática que por vezes roça o fundamentalismo, como sobretudo para a colocarmos nos moldes em que, a nosso ver, deve ser colocada.

Na realidade, podemos ver a mudança linguística na perspectiva de que a língua **se altera**, ou então na perspectiva de que **alguém altera** a língua. O resultado do processo é o mesmo, mas a forma como tal processo é encarado é que é diferente.

A perspectiva “a língua altera-se” toma a língua como algo que intrinsecamente possui e executa mecanismos de adaptação a novas realidades: chamemos-lhe a “perspectiva activa”. Na outra visão, a que por confronto podemos chamar “perspectiva passiva”, a língua é alterada por alguém, ou seja, a língua sofre ataques, distorções que podem mesmo, no dizer de alguns, levar ao assassinato. É uma perspectiva comportamental: o falar é entendido não na sua faceta comunicativa, mas na de comportamento. E por isso é que pode ser objectos de juízos de valor comportamentais, socialmente marcados positiva ou negativamente.

Colocar a questão, como o faz toda a tradição normativa clássica, em termos de “norma/desvio” é nitidamente tender para a perspectiva comportamental. A norma coincide com o bom: “anormal” implica “defeituoso, mau”. Um desvio é um comportamento, e, como tal, passível de valoração social.

Esta oposição NORMAL/ANORMAL vai levar, necessariamente, a que se atribua à norma o fundamentado, o lógico, ficando o inverso para o “desvio”. Ora a logicidade da norma linguística é herdada pela norma ortográfica. Por mais incongruente e arcaica que esta seja, só muito dificilmente os falantes aceitam que mude. Lembre-se o drama nacional que é sempre a tentativa de impor uma nova norma ortográfica.

O erro gráfico pode, dentro desta problemática *norma gráfica/norma da língua*, tornar-se um indício precioso sobre os modelos mentais que o falante manipula e que suportam a sua estruturação linguística.

Talvez seja pertinente, para compreendermos os fundamentos da análise aqui proposta, dizer que, situando-nos dentro do que se costuma designar por “Linguística Cognitiva”, defendemos que os processos linguísticos não são processos independentes dos processos cognitivos, mas antes interagentes participantes nos modelos mentais através dos quais conceptualizamos o mundo.

Mas o que é que o erro gráfico pode ter a ver com tudo isto?

Num dos inquéritos, feitos na Universidade do Minho, a alunos do primeiro ano dos cursos de ensino (línguas) pedia-se que o aluno escrevesse se determinado objecto estava atrás ou à frente de um outro. E embora na própria folha do inquérito estivesse *atrás* correctamente escrito, para além de alguns casos duvidosos, em 10 inquéritos (que representavam 6,5% do total) aparece grafado *a trás* (separado). E o curioso é que, a maior parte das vezes, na mesma folha, aparece, escrito pelo mesmo aluno, com certeza com poucos segundos de diferença, *atrás* aglutinado e *a trás* com preposição separada.

Para se visualizar melhor a dualidade *atrás/a trás* colocámos juntas as grafias que o mesmo aluno, na mesma folha, escreveu (grafia dos próprios alunos):

<u>a trás</u> <u>a trás</u>	<u>atrás</u> <u>atrás</u>	<u>a trás</u> <u>atrás</u>
<u>a trás</u> <u>a trás</u>	<u>atrás</u> <u>atrás</u>	<u>atrás</u> <u>atrás</u>
<u>a trás</u>	<u>atrás</u> <u>atrás</u>	<u>atrás</u> <u>atrás</u>

Aluno A

Aluno B

Aluno C

~~à frente~~ a trás

Aluno D

atrás a trás

Aluno E

atrás a trás

~~a trás~~ atrás

Aluno F

atrás

a trás

Aluno G

atrás atrás

atrás à ~~trás~~

atrás atrás

atrás

Aluno H

atrás atrás

Aluno I

a trás

à ~~trás~~ atrás

Aluno J

Se nos contentássemos com a clássica resposta "O aluno enganou-se porque é burro!" ficaríamos com o problema resolvido —ou melhor, sem problema. Mas como cada fuga a uma norma é simultaneamente obediência a uma outra norma, será interessante descobrir qual é a outra "norma anormal". O que acontece é que embora, muitas vezes, o falante/escrevente conscientemente saiba que *atrás* se escreve aglutinado, inconscientemente, no fundo, não vê razões para que assim seja, já que cognitivamente estruturou *atrás* tal como *para trás*, *de trás*, *por trás* como constructos (semântico-cognitivos) com uma base, sendo essa base *trás*. Ou seja: a organização de todo o vector tem uma forma nuclear, sendo todas as outras formas construídas a partir dela. Sendo assim, tal como nas outras formas, a locução prepositiva terá grafia não aglutinada. Só que o erro foi, aqui, o ter-se esquecido que a norma ortográfica não traduz a "norma", melhor, o **modelo** linguístico-cognitivo que, quanto a nós, organiza *atrás*, tal como *por trás*, *de trás*, *para trás* como constructos preposicionais a partir de um núcleo *trás*.<sup>1</sup>

Repare-se como determinados pormenores indiciam como nestes falantes a norma gráfica foi "atraçoada" pelo modelo morfo-semântico que o falante mentalmente construiu e utiliza e que coloca *trás* no centro da configuração, sendo todas as outras formas dela derivadas.

Em primeiro lugar, é sintomático que em todos os casos, excepto num (aluno A), apareça na escrita do mesmo aluno simultaneamente *atrás* e *a trás*. Isto prova, desde logo, que não foi por desconhecimento da norma gráfica que *a trás* foi assim grafado. Além disso, não se esqueça, no enunciado do inquérito estava escrita a palavra *atrás*.

Outros indícios mostram a luta entre a norma gráfica e o modelo mental. Assim, no aluno A, é interessante verificar que nas cinco formas que utiliza a separação entre o *a* e o *trás* vai-se tornando cada vez maior, como que a mostrar que quanto mais o modelo mental se impunha, mais a forma gráfica o procurava retratar. Nos alunos H e J, *atrás* aparece sempre aglutinado, excepto quando os dois alunos quiseram substituir *à frente* por *atrás*. Assim, nos dois

<sup>1</sup> Este ponto de vista necessita de uma análise cujo aprofundamento não cabe aqui e agora, mas que se encontra em TEIXEIRA 2001.

casos, substituíram apenas *frente* por *trás*, ficando o *à* (mesmo com acento) separado, naturalmente, de *trás*. Este facto, prova indubitavelmente que os falantes reconheceram equivalência morfo-semântica entre *trás* e *frente*, tendo sido levados a esquecerem-se que tal equivalência não é traduzida pela norma ortográfica. No aluno F deve ter-se passado um processo mais complexo. Os primeiros localizadores que escreveu foram *perante* e duas formas *atrás*. Depois, ao emendar *perante*, escreveu por cima *a atrás*, nitidamente separado. Imediatamente por baixo, viu o antigo *atrás* que já tinha escrito. Mas como mentalmente separava *a* de *trás* (como acabara de fazer, o que indica que era o modelo cognitivo e não a norma ortográfica que dominava naquele momento as suas estruturas mentais), o que ele realmente "viu" e interpretou<sup>2</sup> foi apenas a palavra *trás* (na medida em que na estrutura cognitiva *trás* é independente das preposições com que ocorre). E como lhe pareceu apenas ver *trás*, antepôs-lhe a preposição *a*, separada, que, na realidade, já antes tinha aglutinado, ficando a forma final *a atrás* (a frase toda ficou *O cão corre a atrás da bola*).

Num outro inquérito, de duas respostas com *detrás* (na frase *O rato escondeu-se do gato detrás do móvel*) uma aparece grafada *detrás* aglutinado, mas outra mostra *de* separado de *trás*. (Neste caso, a palavra *detrás* não aparecia no questionário fornecido). Mais uma vez, o deslize para a forma não aglutinada com *trás* revela simultaneamente a força do modelo organizador e como é esta unidade, *trás*, que constitui o núcleo gerador das outras formas.

Pode parecer um pormenor sem importância que a norma gráfica obrigue a aglutinar *atrás*, não permita a mesma aglutinação para *por trás*, *para trás* e possua as duas formas em *detrás/ de atrás*. Mas são pormenores como estes que na sua insignificância afastam a estruturação linguístico-cognitiva da estruturação gráfica normativa e que nos devem lembrar que muitas vezes a normalidade dos erros se alicerça na anormalidade da própria norma. São "erros" da norma gráfica como estes que na sua insignificância aparente vão decidir se uma forma é uma palavra ou duas, se é advérbio, locução adverbial ou prepositiva. Muitas vezes de forma aleatória, tão aleatória que não encaixa nos mecanismos cognitivos do falante e faz com que este não a siga. E em casos como este, o erro é sempre atribuído ao falante, nunca à norma.

Deve ser sob esta perspectiva que o professor de língua e o linguista devem encarar o erro normativo. Não devem resumir a sua tarefa à função de crivo que anda sempre a peneirar o que os outros dizem e escrevem para listarem os tão assustadores erros. Penso que não o fazem por mal, mas há pessoas que têm um secreto prazer em detectar –e mostrar que detectam– os erros dos outros. Há até quem ache que a tarefa prioritária do professor de língua é essa mesma. No entanto, muito mais importante que catar erros é tentar perceber e explicar o porquê do

---

<sup>2</sup> Já aconteceu connosco, nas aulas de Português para estrangeiros, em que uma aluna espanhola, médica, lia em vez da palavra DESCER a palavra DESCENDER. E mesmo depois de lhe ser pedido várias vezes para ler a palavra, ela várias vezes, perante toda a turma, lia (porque "via") DESCENDER. Só quando lhe dissemos para soletrar letra por letra, ela conseguiu ver a palavra que lá estava. Naturalmente que isto comprova factos de todos conhecidos: as nossas estruturas cognitivas, na leitura, não interpretam letra a letra, mas apenas descodificam a mancha gráfica constituída pela palavra total.

mesmo erro e que mecanismos linguístico-cognitivos originam que o falante processe daquele modo a informação verbal. É que, por vezes, descobre-se que o erro à norma começa mesmo por anormalidades da própria norma.

Tentar compreender o erro como revelador de mecanismos linguísticos outros que não os da norma não significa validar o erro como nova norma. Explicar e compreender os desvios não implica que não se possam continuar a ver como desvios. A tarefa do professor de língua deverá ter sempre em consideração a língua como um todo, idealmente igual para todos e por todos usada. No entanto, nunca deve esquecer-se que tem também obrigação de ser um linguista, de tentar compreender a fenomenologia que explica o erro e não se contentar com “explicações” do género “o aluno errou porque é burro!”. Em língua, o erro nunca é **não saber**, mas sim **saber de forma diferente**. E é por isso mesmo que, glosando Vergílio Ferreira, se pode dizer que cada erro talvez seja uma verdade à espera de vez.

### Referências bibliográficas

COSERIU, Eugenio (1979), *Sincronia, Diacronia e História: o Problema da Mudança Lingüística*, Presença, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Vergílio, (1983), *Defesa da Língua*, in *Estão a assassinar o Português*, I. N. Casa da Moeda.

TEIXEIRA, José, (1996), “Errare humanum est” (Sincronia, diacronia e erro) in *Diacrítica* N° 11, Universidade do Minho, Braga.

TEIXEIRA, José, (2001) *A Verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás*, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, Braga.